

Crédito e Finanças em uma Sociedade Cafeeira¹

Anderson Pires*

Resumo

Este trabalho procura demonstrar a existência de um mercado de crédito e capitais em uma região que pode ser entendida como marginal na distribuição geral da produção cafeeira no Brasil - a Zona da Mata de Minas Gerais. O Trabalho demonstra que entre os distintos instrumentos financeiros existentes no período muitos foram utilizados pela transferência direta de recursos entre a cafeeicultura e o setor industrial. A presença de fazendeiros adquirindo títulos industriais como ações e debêntures ou mesmo fornecendo recursos para as indústrias mediante o mercado hipotecário, demonstra que mercados financeiros informais destituídos de bolsas de valores ou bancos oficiais podem ter se colocado como importantes espaços de transferência de recursos entre a agricultura de exportação e o crescimento industrial, viabilizando o desenvolvimento do próprio setor industrial e, assim, a transição capitalista na região.

Palavras-chave: História Financeira, Economia Cafeeira, Minas Gerais

Abstract

This work seeks to demonstrate the existence of a credit market and capital in a region which may be understood as marginal distribution general coffee production in Brazil - the Zona da Mata Minas Gerais. The work shows that between the different existing financial instruments in the period many were used by direct transfer of resources between the coffee and the industrial sector. The presence of farmers buying securities as industrial actions and debentures or even providing resources for the industries by market hypothecary, shows that financial markets informal removed stock exchanges or official banks may have been sited as important spaces of transfer of resources between the agriculture of export and industrial growth, enabling the development of the industrial sector and, therefore, the transition capitalist in the region.

Key-words: Financial History, Coffee Economy, Minas Gerais

Os aspectos básicos da transição capitalista no Brasil já foram devidamente considerados por parte da historiografia econômica. No entanto, em que pese o grande número de trabalhos que lidaram com o tema, muito ainda há o que ser feito, em especial sobre a dimensão financeira do processo. Além disso, mesmo com importantes exceções, as análises têm se concentrado em demasia naqueles que foram os principais centros de produção agroexportadores do país (Rio e São Paulo) e os vetores básicos do processo, daí deduzidos, são considerados tipificadores de outras regiões de produção agrária de exportação, em especial de café.

A mesma observação pode ser feita, talvez com mais propriedade ainda, no que se refere ao processo de desenvolvimento e expansão das relações financeiras e de

¹ Versão reduzida do trabalho apresentado no Seminário “Crédito no Brasil – História e Atualidades”, organizado pela Brazilian Business School (BBS), São Paulo, em Agosto de 2008, em co-autoria com a profa. Rita de Cássia da Silva Almico (Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB).

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

crédito que marcaram o mesmo período. Aqui não só os mercados e sistemas financeiros têm sido confundidos e reduzidos àqueles que caracterizaram grandes núcleos de produção econômica (em especial os dotados de instituições formais como bancos e bolsas de valores), como também podemos identificar toda uma tendência que coloca o ponto de partida da análise no aparelho de Estado para explicar o mesmo processo. Sob esta ótica, a estruturação dos sistemas financeiros do período se daria pela iniciativa das instâncias centrais de governo, limitando a explicação aos seus núcleos de decisão e desconsiderando a distribuição espacial das relações econômicas e sociais das quais o crédito e as finanças vão necessariamente decorrer (TRINER, 1999).

Em outras palavras, na hierarquia da distribuição de força e poder, o processo de desenvolvimento financeiro teria ocorrido de “cima para baixo”, das capitais para o interior e do Estado para os setores privados, e a dimensão local e regional das economias pouco teriam contribuído com ele. Seriam principalmente as instituições bancárias oficiais (como o Banco do Brasil) os demiurgos do processo e os mercados financeiros locais (ou seja, fora dos grandes centros de decisão) jamais teriam força suficiente para conduzir o processo (TRINER, 1999: 131, 135, 137 ss).

No entanto, a evolução dos estudos em história regional no Brasil tem mostrado os limites destas interpretações e todo um universo de crédito e financiamento delimitado local e regionalmente tem se revelado, incluindo no seio das próprias economias exportadoras de café que se desenvolveram no período (MARCONDES, 2002; TEODORO, 2006). A cafeicultura mineira não está alheia a estas novas análises.

A historiografia que se debruçou sobre a Zona da Mata de Minas (de longe a principal região produtora do estado) se caracteriza particularmente pelos aspectos que vimos criticando aqui. Pensada muito mais em função dos núcleos exportadores de São Paulo e Rio de Janeiro, as interpretações mais importantes destacam o afastamento da região em relação ao processo de “*industrialização e a transição capitalista do país*” (LIMA, 1980; CANO, 1985). Os argumentos utilizados para sustentar tais afirmações são muitos, mas aqueles que inviabilizam a possibilidade de delineamento histórico-regional para a Mata, seja pela negação de um complexo agroexportador na região ou por sua caracterização como economia de *enclave* (MARTINS, 1982; OLIVEIRA, 1991), merecem particular atenção.

De uma maneira geral, estes argumentos ressaltam duas características que marcaram a economia cafeeira de Minas: o Rio de Janeiro teria se colocado como principal ponto de referência urbana da região, canalizando os principais fluxos de

recursos de sua produção externa através da intermediação comercial para exportação e importação ou pela intermediação financeira realizada por comissários, bancos, bolsa de valores e o mercado de capitais em geral (WIRTH, 1982: 78). Além disto, também em Minas, o centro de decisão política e o aparelho político-administrativo sempre se localizaram fora do espaço regional, afastando a região dos centros de poder em âmbito estadual e representando outro instrumento de canalização de recursos, desta feita através da estrutura de tributação sobre a produção de exportação do café, reconhecidamente a mais importante fonte de recursos do estado.

O que podemos perceber é que, se pensada a partir dos centros de poder econômico e decisão política, a Mata de Minas teria se marcado estruturalmente pela incapacidade de retenção dos recursos gerados em sua produção de exportação em seu espaço próprio. Mas se o ponto de vista se deslocar *a priori* para o universo regional da Mata de Minas outros elementos se revelam e se destacam.

Neste trabalho pretendemos abordar a questão do crédito e do financiamento da economia cafeeira da Mata mineira pela dimensão da transferência de recursos entre os distintos setores dessa mesma economia e pela oferta de crédito realizada, para além das instituições formais, também por particulares. A idéia é demonstrar a dinâmica e a dimensão das atividades creditícias nesta sociedade, com capacidade de captar recursos, bem como seu desenvolvimento urbano.

Deve ficar claro que um enfoque que privilegia o universo local e regional das economias de exportação encontra suporte em uma abordagem teórico-analítica conhecida como cadeia global de mercadorias (*global commodity chains* [GEREFFI e KORZENIEWICZ, 1994; TOPICK e CLARENCE-SMITH, 2003]). Ao contrário das teorias mais tradicionais sobre a evolução das economias de exportação, que colocavam no espaço do Estado Nacional sua referência explicativa, aqui o ponto de partida são as estruturas de produção (localmente delimitadas) e suas articulações com as estruturas de comercialização interna e externa do produto que ganham primazia. As articulações entre as instâncias de produção e distribuição são considerados como elos de uma cadeia que são entendidas como uma “totalidade” própria. *A história regional comparativa* se torna, portanto, o principal instrumento de investigação, mais que a colocação desta ou daquela região de produção mais importante como modelos tipificadores a serem seguidos por outros espaços econômicos de exportação.

Quando pensamos que as totalidades formadas pelos elos entre as estruturas de produção e comercialização do produto são um “*constructo histórico*”, portanto

essencialmente dinâmicas, percebemos que a evolução histórica da economia de exportação de Minas Gerais se marcou por algumas características até então despercebidas pela historiografia.

A Mata Mineira sempre se colocou como uma região secundária no conjunto da produção do Brasil. Por isso mesmo, a dinâmica de sua produção foi sistematicamente subestimada pela historiografia. No entanto, a partir de meados do século XIX a produção de café na região cresce regularmente e em torno dos anos 1890, quando supera o Rio de Janeiro, adquire a posição de segunda maior região produtora do país. Mais que isso, se avaliarmos sua relação direta com o mercado externo, como pretende a teoria da cadeia global de mercadorias, adquiriu importância evidente no conjunto da estrutura de oferta que marcou a economia mundial do período. Sua produção supera aquela de grandes países produtores, como a Colômbia, e se considerarmos a produção de toda a América Latina excluindo o Brasil, a produção da região também é superior. Minas Gerais e a zona da Mata se colocaram, na maior parte do período aqui em questão, como um dos principais fornecedores mundiais de café (PIRES, 2007).

Por outro lado, o ritmo de crescimento da produção de café da região ocorre até o início do século XX, destoando do padrão de crescimento do Rio de Janeiro que, como se sabe, possui produção declinante desde o final do século XIX, com o impacto da abolição da escravidão e da crise dos preços da rubiácea que se inicia em 1896. Portanto, ao contrário de Minas, na Mata mineira o padrão de acumulação de capital e a base do processo de transição capitalista foram assegurados pela expansão de uma produção agrícola de exportação.

Esta defasagem entre os ciclos de produção de Minas e do Rio é muito importante para entendermos como se deu a evolução das cadeias de distribuição e comercialização do café entre os dois estados. O declínio da produção do Rio de Janeiro e a crise do sistema escravista fizeram com que toda a composição social e a própria estrutura de distribuição do produto principal, financiamento e provimento das unidades de produção centrada no Rio se alterasse definitivamente (SWEIGART, 1980). Centralizada na figura do comissário, as funções de comercialização do produto tenderam a ser substituídas pelos exportadores (em sua grande maioria casas comerciais estrangeiras) e aquelas de financiamento pela expansão do aparelho bancário, inclusive para áreas interioranas de produção (PIRES, 2004).

É sob a contraposição deste cenário que devemos analisar a evolução estrutural da economia de exportação da Mata no período. A manutenção das condições de

dinâmica econômica geradas pelo café, sua participação no território político-administrativo mineiro e a presença de um núcleo urbano de referência na própria região vão permitir que os principais vetores da transição capitalista e da diversificação urbano-industrial sejam internalizados e com eles boa parte dos fluxos de recursos gerados na produção de exportação.

O conceito de “complexo agroexportador” foi criado tendo em vista exclusivamente a economia de São Paulo e de acordo com seus idealizadores o núcleo do conceito estaria na capacidade de diversificação econômica gerada pela produção de exportação. Um “complexo” assim se definiria pela presença de distintos setores no espaço regional da economia de exportação, incluindo o setor comercial, industrial, de transportes, financeiro, o setor produtor de alimentos, o aparelho político-administrativo do estado, entre outros, setores que se desenvolvem na medida em que a transição capitalista se consolida (CANO, 1977: 20-21). Ali onde as economias regionais de exportação, por um motivo ou por outro, não evoluíram estritamente no mesmo sentido a aplicação do conceito é negada, muitas vezes sob o argumento de que a transição capitalista não se completara.

No entanto, para além de outros condicionantes, seus principais proponentes não consideraram a dimensão financeira implícita no conceito. As relações financeiras de uma economia podem ser entendidas não apenas como as transações que implicam transferências intertemporais de recursos (envolvendo relações de troca que não se efetivam no mesmo período de tempo), mas também suas transferências inter-espaciais (origem e destino dos recursos). Sendo assim, além da mera presença de distintos setores na economia, são os fluxos de recursos que os interligam que podem dar a tônica do conceito. Na medida em que às relações inter-setoriais da economia correspondem inúmeras relações de crédito e financiamento, sob os mais distintos instrumentos, é a *circularidade dos fluxos de financiamento*, ou seja, a capacidade de retenção e reaplicação de recursos que devemos considerar como a essência do conceito.

Nossa própria idéia de complexo agroexportador nos afasta, assim, daqueles que o formularam inicialmente porque abre a possibilidade de sua aplicação em distintos espaços regionais de produção, desde que resguardadas as condições de internalização da *maior parte* dos fluxos econômicos, o que é viabilizado normalmente pela presença de um núcleo urbano que desempenhe *a contento* estas funções. Centros urbanos que se desenvolveram nos complexos do Rio de Janeiro e de São Paulo, por maiores que fossem, não podem ser considerados como núcleos de outros complexos porque sempre

orbitaram e tiveram em suas respectivas capitais, muitas vezes, senão o ponto de origem pelo menos o de destino de seus recursos em distintas formas de investimento (MARCONDES, 1998).

Outro foi o caso da cafeicultura em Minas já que como parte da transição capitalista na região desenvolveu-se um núcleo urbano cujas funções vão implicar na retenção de recursos e, ao mesmo tempo, na criação de oportunidades de sua reinversão na própria economia regional (PIRES, 2004: cap. 3). O município de Juiz de Fora, desde meados do século XIX, foi colocado como o centro de referência da economia de exportação de café da Mata mineira. Até o final da década de 1920 foi o maior núcleo urbano de todo o estado, superando inclusive sua capital, Belo Horizonte. O desenvolvimento do setor de transportes, de início com a rodovia União e Indústria e posteriormente com as estradas de ferro, teve ali uma importante interseção que acabou elevando o município à condição de entreposto comercial não só da Mata, mas também de boa parte de Minas Gerais (GIROLETTI, 1980: 157). A partir daí é notória sua importância na intermediação comercial da região (inclusive na provisão de fazendas de café) podendo ser considerado, já no início do século XX, como um dos três principais centros atacadistas de todo o estado de Minas, conjuntamente com Belo Horizonte e Uberlândia (WIRTH, 1982: 99).

Também o desenvolvimento industrial marcou a história econômica do município, dotando-o de singularidades e importância única no contexto do estado. Tipicamente articulado a uma economia agrária de exportação, ao contrário de Minas, seguiu o delineamento geral que marcou o processo em outras regiões de produção de café, tendo no fim do século XIX um de seus impulsos mais significativos. Desta forma, Juiz de Fora desponta como um dos principais centros industriais do estado, posição que sustenta até o final da década de 1940 (GIROLETTI, 1980). Além disto o processo de industrialização local teve tamanho dinamismo interno que chegou, ele mesmo, a estimular investimentos em setores manufatureiros intermediários (como papel, papelão e embalagens) e insumos e produtos básicos (cimento, máquinas, química), mesmo que, obviamente, estivessem longe de satisfazer o conjunto da demanda local (PIRES, 2004: cap. 4).

O município desenvolveu um forte setor de infraestrutura, serviços públicos e de financiamento para toda a região, sediando a matriz do principal banco no período (o Banco de Crédito Real de Minas Gerais), além de inúmeras filiais de bancos nacionais, como Banco do Brasil, o Banco Pelotense, e até mesmo de um banco internacional

como o *London and Brazilian Bank*, com agência aberta em Juiz de Fora em 1926 (PROCÓPIO FILHO, 1966; ALVARENGA FILHO, 1987).

Claro é que tamanha diversificação das atividades de cunho urbano-industrial implicou no deslocamento de funções e serviços até então realizados em outros centros para o próprio município de Juiz de Fora que, assim, acaba por realizar com relação a outras cidades da zona da Mata a mesma função que o Rio de Janeiro vinha desempenhado com ele. Também não seria difícil perceber que esta mudança implicou na internalização de parte dos recursos gerados na produção de exportação local, indicando a montagem de um complexo agroexportador local, mesmo que dotado de inúmeras especificidades.

Sob esta perspectiva, a permanência de dois pontos de canalização de recursos extemporâneos à região (o centro de tomada de decisões na capital Belo Horizonte e do núcleo de exportação do produto no Rio de Janeiro) deve ser devidamente equacionada. A transferência de recursos obtidos por impostos sobre a exportação de café para outras regiões não produtoras do estado era inevitável tendo em vista o contexto político de Minas e a imensa diversidade regional que marcava o “*mosaico mineiro*” (WIRTH, 1982: 41), muito embora este fato não implicasse que a própria região da Mata mineira recebesse os recursos ali catalisados. Bem ao contrário, já que invariavelmente o governo do estado apoiava seu produto mais importante, como foi o caso da montagem de toda a infraestrutura ferroviária para o escoamento do café da região, a participação ativa do estado nos planos de valorização do produto e da concessão de recursos para o financiamento da produção, em especial o de longo prazo, essenciais em vários momentos de crise da economia cafeeira (BLASENHEIM, 1982).

Desta forma, do ponto de vista da origem e destino dos recursos, a presença de um núcleo de catalisação externo ao espaço regional da produção pouco altera a circularidade do fluxo de recursos que se está enfatizando aqui, mantendo o estado de Minas uma posição semelhante à de outras regiões de produção do café no país. Em todos os casos é a idéia de *efeitos de encadeamento fiscais* (HIRSCHMAN, 1985), com todos seus determinantes de natureza social e política, que deve ser colocada como referência explicativa. A extemporaneidade do centro de poder na cafeicultura mineira, longe de afastar a delimitação de uma estrutura própria, pode ser entendida como parte de suas configurações históricas específicas, que se sobressaem, aliás, quando a perspectiva é a análise *regional* das economias de exportação em uma dimensão *comparativa*. Neste sentido, o afastamento dos centros de decisão e compartilhamento

dos recursos por ela gerados deu ao complexo regional mineiro uma natureza “*secundária*” e “*periférica*” que de resto pode ser estendida para outros componentes do complexo local, como a própria posição que a produção da Mata assumiu no contexto do país (PIRES, 2004: 12).

O mesmo pode ser dito com relação à manutenção do porto do Rio de Janeiro como principal canal de exportação da produção de café da região. Aqui todas as vantagens da abordagem das cadeias mundiais de mercadoria se revelam com nitidez. Se considerarmos a historicidade implícita que caracteriza as articulações entre as esferas de produção e distribuição do produto, podemos entender o significado das transformações que marcaram o universo histórico de Minas e Rio de Janeiro a partir do final do século XIX. Em outras palavras, se o ciclo produtivo do café no Rio implicou em uma crise irreversível da produção no estado, afastando seu processo de transição capitalista da produção cafeeira e implicando na desmontagem dos canais anteriores de comercialização e exportação do produto, este mesmo aspecto pode ser considerado como um importante argumento explicativo para Minas Gerais, visto que o porto daquela cidade continuou servindo para as exportações da produção mineira.

Em outros termos, se considerarmos as estruturas de produção e comercialização como um todo, como propõe a interpretação, percebemos que a Mata mineira fez parte de um conjunto maior, se colocando como base produtiva de uma cadeia de mercadoria do café durante a maior parte do período aqui considerado. Por isso, as exportações de café pelo Rio de Janeiro (o segundo maior porto de exportação cafeeira em todo o mundo) tiveram uma crescente parcela de sua produção localizada em Minas Gerais, chegando a cerca de 70% na década de 1930 (MELO, 1993: 78). Se no início do século o Rio de Janeiro ainda se coloca como principal centro de uma das mais importantes cadeias de produção cafeeira do país e do mundo, perdendo a primazia na economia mundial apenas para a cadeia de produção e distribuição localizada em São Paulo, esta posição só pode ser explicada pela crescente incorporação da produção e comercialização do café mineiro (PIRES, 2007).

Quando se estuda a estruturação do sistema capitalista em qualquer realidade é a *formação de mercados* que podemos ter em vista. Se avançarmos a análise sob esta perspectiva, percebemos uma grande convergência entre os fatores que consideramos para a delimitação regional da economia (como um complexo exportador) e a interiorização daqueles que levaram à formação do capitalismo na região. Se a presença maior ou menor de distintos setores urbano-industriais leva consigo a idéia de

circularidade no fluxo de recursos é a dimensão do mercado que temos em mente para analisar as suas relações.

Claro é que, neste sentido, nossa concepção de mercado se diferencia daquela ainda predominante na teoria econômica em geral e em muitos textos sobre a história econômica. Aqui, mais que um princípio regulador da economia e de formação de preços, os mercados são considerados como espaços onde as trocas se efetivam e, portanto, como instância onde as forças sociais da oferta e demanda vão convergir (HOFFMAN, POSTEL-VINAY e ROSENTHAL, 2000). Tomados desta forma, nada indica que necessariamente os preços serão assim determinados, ainda que, obviamente, possa ser este o caso. Talvez a maior vantagem deste conceito de mercado seja sua dimensão regional em detrimento dos “mercados nacionais” que está subjacente na definição alternativa, muito mais o resultado do processo histórico de constituição capitalista do que propriamente um de seus componentes formadores (POLANYI, 1980).

São muitos os instrumentos de poupança que podem surgir no contexto de uma economia em transição de formas não capitalistas para o capitalismo. Muitas vezes o que se assiste no período é uma miscelânea de instrumentos que podem incluir terra, gado, escravos, empréstimos pessoais, títulos da dívida pública ou ações, debêntures e depósitos bancários, predominando estes ou aqueles instrumentos dependendo do contexto a ser investigado. Também deste contexto depende se estas formas de poupança coincidem ou não com investimentos realizados no próprio espaço regional da economia.

Naqueles casos em que o núcleo urbano de referência se encontra na própria região, para ali serão canalizadas as distintas formas de poupança, estando a variedade de seus instrumentos dependendo da expansão capitalista ali verificada. Se a transição capitalista implica essencialmente em um processo de expansão dos setores urbanos da economia (serviços públicos, comércio, industrialização) devemos reconhecer até que ponto este processo se converteu em oportunidades reais de investimento, canalizando uma parcela maior ou menor dos recursos disponíveis no espaço da mesma região.

Em outras palavras, quando lidamos com mercados financeiros e de crédito, evidentemente vinculados aos fluxos gerais de recursos que se está querendo investigar, também se revelam as distintas formas de acumulação, reinversão e de investimentos que marcaram o período. O espaço que os delineia será demonstrativo não apenas da retenção de recursos na economia regional, como também das distintas configurações

sociais que aí assumiram os principais agentes da demanda e da oferta por recursos de crédito e financiamento.

O que cabe investigar é como a transição capitalista foi financiada no contexto agroexportador da economia regional, incluindo a transferência de recursos identificados com o seu setor mais importante (a produção agrária de exportação) para aqueles que tipicamente representam a expansão das relações capitalistas de produção (particularmente a indústria). Para isso, levaremos em conta o contexto institucional em geral e não apenas aquele marcado por *instituições formais* como os bancos e mercados oficiais de títulos, mas também as *instituições informais* que abrangem inúmeras formas de organização de mercados, transmissão de informações, valores sociais predominantes e a atuação de agentes individuais como provedores de recursos (HOFFMAN, POSTEL-VINAY e ROSENTHAL, 2000; MULDREW, 1998).

Assim, a idéia de um complexo agroexportador regional ganha em significado uma vez que, estando delimitado em seu interior um mercado financeiro, este foi capaz de realizar uma das principais funções que estas instituições podem desempenhar em um contexto de transformação social capitalista, a canalização de recursos de crédito e financiamento das esferas mais “tradicional” da economia (tipicamente a agricultura) para aqueles mais “modernos” e que representam a própria expansão do sistema capitalista de produção (ROTHERBERG, 1985).

Mais que isso, a manutenção do universo da produção e seus determinantes locais e regionais como princípio explicativo abrem inúmeras outras possibilidades de elucidação do próprio fenômeno do crédito. Partindo desta dimensão local, a organização da produção de exportação está crivada por uma série de circunstâncias variando desde a demarcação e dotação de fatores até a herança institucional, social e cultural presentes anteriormente à expansão e consolidação da cultura de exportação (CÁRDENAS, OCAMPO e THORPE, 2000). Aspectos essenciais da organização do sistema produtivo (características físicas e agrônômicas do produto principal, dimensão das propriedades agrícolas, formas de organização e mobilização da força de trabalho, sistema de uso da terra, entre tantos) encontram aí uma efetiva perspectiva analítica e o próprio impacto e evolução posterior das economias de exportação terão nestes aspectos, por sua vez, seu quadro geral delimitador. O conceito de *efeitos de encadeamentos* em suas várias dimensões sociais (efeitos de encadeamento de consumo), políticas (efeitos de encadeamento fiscais) e propriamente econômicas

(efeitos de encadeamento de produção) adquire, neste sentido, um novo contexto histórico e explicativo (HIRSCHMAN, 1985).

Neste sentido, percebemos que os principais componentes que marcam o fenômeno do crédito e das finanças nestas economias estão assim *condicionados*. No que se refere à estrutura da demanda podemos dizer que a própria natureza agrícola da produção impunha a necessidade de concessão de crédito aos fazendeiros, bastando para isso lembrar a defasagem entre o fluxo anual dos rendimentos das colheitas e os custos correntes da produção, defasagem esta que só poderia ser satisfeita, a contento, mediante a concessão de crédito de curto prazo, tipicamente fornecido por comerciantes diversos. Além disso, a cultura cafeeira no período se marcava por grandes oscilações anuais e, por conseguinte, em grandes variações nos próprios rendimentos decorrentes das exportações, impondo, também aqui, a concessão de crédito de curto prazo, bastando para isso que o rendimento de um ano ultrapassasse as despesas realizadas no ano anterior.

Também no que se refere ao crédito de longo prazo podemos encontrar aqui um dos seus mais importantes componentes explicativos. Cultura tipicamente perene, com um período que variava de 4 a 5 anos entre a semeadura e a primeira colheita economicamente viável, a produção de café possui como característica uma alta proporção de investimentos fixos, que podem atingir 70% dos custos totais. A demanda por crédito de longo prazo é, portanto, imanente à produção e, na ausência de recursos próprios, importante condição para que se dê sua expansão ou reposição.

Se a organização social da produção impõe condicionamentos na estrutura da demanda por recursos de crédito e financiamento, o mesmo acontece com a estrutura da oferta. São conhecidos os impactos que uma economia de exportação fundamentada na grande propriedade e em relações escravistas de produção provocam na concentração da renda e nas formas de poupança que vão predominar na sociedade, cabendo destacar que as grandes somas de recursos assim delimitadas tenderão a se transformar em formas específicas de investimentos caracterizadas principalmente por retornos fixos, tendo em vista as oscilações dos rendimentos que caracterizam a produção e as variações do preço do produto no mercado internacional.

As relações de crédito e financiamento, portanto, adquirem novo potencial explicativo quando temos em mente a dimensão local e regional das economias de exportação. A idéia de *efeitos de encadeamento financeiros* (HIRSCHMAN, 1985: 41; PIRES, 2004: 195), pelo condicionamento dos principais vetores do processo do crédito

tanto no que se refere à demanda quanto à oferta socialmente delimitadas encontra sua devida contextualização histórica. As principais condições para a formação de mercados financeiros estão aqui já delineadas, uma vez que a presença de agentes com distintas posições financeiras (como agentes superavitários e deficitários) tornará estas mesmas relações parte integrante do funcionamento destas economias e com as funções diversas que tipificam estes mercados: obtenção de recursos para o funcionamento anual das unidades ou para ampliação da produção, consolidação de débitos, financiamento de investimentos diversos, provisão e remuneração da força de trabalho etc.

Todos estes aspectos e tendências podem ser observados pela evidência empírica que temos em mãos. Se considerarmos a documentação que permite vislumbrar a dimensão social e espacial do débito que marcaram a economia de café de Juiz de Fora, podemos avançar neste sentido. Inventários *post mortem*, contratos de hipotecas e ações cíveis de execução de dívidas surgem como um corpo documental bastante rico de informações e possibilidades de delineamento das feições que a atividade creditícia assumiu na zona da Mata mineira, mais especificamente em Juiz de Fora, cidade foco dessa análise (ALMICO, 2005). Em trabalhos de pesquisa anteriores, pudemos levantar dados sobre a composição das dívidas para as unidades produtoras de café do município e ali pudemos constatar que, se houve um predomínio de agentes e instituições localizados no Rio de Janeiro como provedores de recursos para a cafeicultura de Juiz de Fora, a partir do final do século XIX, como resultado da ampliação do processo de diversificação no município, houve também uma nítida tendência de substituição destes agentes por aqueles locais (entre bancos, comerciantes diversos e emprestadores individuais), delimitando o predomínio endógeno dos recursos até então utilizados para o financiamento da cafeicultura de Juiz de Fora (PIRES, 1993). A montagem de um aparelho bancário local deve ser destacado neste sentido, não apenas como instrumento potencial de catalisação de poupanças e recursos monetários ociosos existentes na economia, mas também como um dos principais provedores de recursos para a agricultura da região, ao menos no que se refere ao financiamento hipotecário de longo prazo.

Mas outras fontes podem servir, com mais propriedade ainda, para demonstrarmos a existência do circuito de financiamento delimitado endogenamente. Se observarmos os dados sobre os contratos hipotecários realizados no município entre 1853 e aproximadamente 1939 percebemos, ainda, a mesma tendência. Em outras palavras, se aqueles empréstimos que tinham no Rio os seus principais credores

predominam em distintos momentos até o final do século XIX, a partir daí, mesmo presentes, diminuem sua participação relativa de forma bastante importante, indicando a convergência da oferta e procura por crédito de longo prazo no espaço econômico do município. Além disto, como no caso dos inventários, percebemos também aqui a importância que teve para alguns períodos específicos o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Por outro lado, também podemos notar que os recursos de empréstimos de longo prazo estão longe de se restringir ao sistema bancário propriamente dito, estando mais ou menos disponibilizado por inúmeros outros agentes presentes na economia. Numa clara indicação de que *a demanda por serviços financeiros antecipou e condicionou a oferta de recursos* e a montagem de toda a estrutura de financiamento que marcou a região, inúmeros contratos de hipotecas tiveram em provedores individuais o seu fundamento. Nesse sentido, os empréstimos entre particulares assume o sentido de participante do mercado financeiro local com grau significativo de importância.

Muitos argumentariam, no rastro de uma historiografia mais antiga, que os empréstimos individuais seriam marcados por determinadas características que impediriam sua colocação como componente importante da economia. *As altas taxas de juros* cobradas diminuiriam em muito sua frequência e reduziriam os provedores de recursos à *usura*, muitas vezes confundida com a mera agiotagem. Nesta ótica, a própria percepção do endividamento é identificada com a insolvência e, na absoluta falta de condições de liquidação de débitos, a recorrência dos empréstimos não ocorreria. Sendo assim, a mera idéia de um “sistema” financeiro, de regularidade nas relações de crédito e seu devido pagamento estaria comprometida e a história financeira e do crédito não estaria propriamente na pauta de pesquisadores e cientistas sociais.

Outro argumento recorrente e que inviabilizaria as relações de mercado da esfera financeira da economia seria o domínio de um quadro institucional no país caracterizado pela ausência de direitos de propriedade para ativos e títulos financeiros de uma forma geral. Sob este aspecto, algumas análises têm revelado um quadro muito mais favorável, onde, a partir do Código Comercial de 1850, o país teria sido devidamente dotado de uma estrutura legal marcada pela garantia dos direitos dos credores, como evidenciam o privilégio de pagamento de credores hipotecários e de portadores de debêntures no caso de falência de devedores (MUSACCHIO, 2005; ALMICO, 2005).

No entanto, se lembrarmos os elementos condicionantes da forma de organização social da produção sobre os delineamentos gerais da oferta e da procura por recursos de empréstimos (elos de encadeamento financeiros) podemos vislumbrar um outro quadro explicativo para a existência destes empréstimos individuais e, com ele, novas dimensões para o mercados financeiros e de crédito que predominaram no período. Mais ainda se percebermos que a esfera individual do crédito pode revelar, nos quadros de uma economia ainda em transição para o capitalismo, todo o universo social próprio das relações de financiamento.

Tabela 1
Quadro geral do mercado hipotecário
Participação dos credores por origem geográfica
Médias quinquenais
(1853-1939)

Participação de Credores de Juiz de Fora					Participação de Credores do Rio de Janeiro					Participação de Credores da Zona da Mata					Participação de Credores do Centro e Vertentes				
Quinq.	Juiz de Fora	% JF	Mont. JF*	%Mt JF	Rio	% Rio	Mont Rio*	%Mt Rio	Zona da Mata	% ZM	Mont ZM*	%Mt ZM	Centro	% Centro	Mont Centro*	%Mt Centro			
1853-1854	17	44,7%	511311	67,5%	4	10,53%	10301	1,36%	0	0,00%	0	0,00%	5	13,16%	22847	3,02%			
1855-1859	60	65,9%	351821	78,9%	2	2,20%	17175	3,85%	0	0,00%	0	0,00%	7	7,69%	10379	2,33%			
1860-1864	130	50,4%	923130	31,0%	40	15,50%	1437564	48,28%	8	3,10%	121977	4,10%	29	11,24%	90263	3,03%			
1865-1869	59	60,2%	453578	30,4%	22	22,45%	839900	56,31%	5	5,10%	99757	6,69%	7	7,14%	19836	1,33%			
1870-1874	60	92,3%	449430	73,8%	2	3,08%	90167	14,80%	3	4,62%	69750	11,45%	0	0,00%	0	0,00%			
1875-1879	124	91,9%	2228776	84,2%	8	5,93%	179318	6,77%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,74%	2600	0,10%			
1880-1884	147	80,8%	1324480	41,6%	18	9,89%	1044674	32,81%	3	1,65%	30600	0,96%	4	2,20%	311000	9,77%			
1885-1889	135	85,4%	1365978	65,1%	11	6,96%	413315	19,69%	2	1,27%	31498	1,50%	1	0,63%	9000	0,43%			
1890-1894	268	94,0%	4503503	90,9%	5	1,75%	145263	2,93%	3	1,05%	65000	1,31%	2	0,70%	7450	0,15%			
1895-1899	345	92,0%	4916105	87,3%	22	5,87%	503923	8,95%	4	1,07%	135000	2,40%	0	0,00%	0	0,00%			
1900-1904	242	91,0%	3758572	81,3%	8	3,01%	260173	5,63%	6	2,26%	27500	0,59%	2	0,75%	70000	1,51%			
1905-1909	255	94,1%	4554563	96,2%	6	2,21%	38866	0,82%	4	1,48%	43600	0,92%	1	0,37%	20000	0,42%			
1910-1914	346	96,4%	6320187	97,1%	5	1,39%	90169	1,39%	2	0,56%	18000	0,28%	3	0,84%	41800	0,64%			
1915-1919	407	94,2%	8132036	93,6%	11	2,55%	251300	2,89%	3	0,69%	81000	0,93%	3	0,69%	33000	0,38%			
1920-1924	32	88,9%	1374487	82,4%	1	2,78%	70000	4,20%	2	5,56%	12500	0,75%	0	0,00%	0	0,00%			
1925-1929	372	96,9%	14453466	93,6%	5	1,30%	118966	0,77%	1	0,26%	20000	0,13%	2	0,52%	166000	1,08%			
1930-1934	184	94,8%	7356002	83,2%	5	2,58%	220312	2,49%	2	1,03%	50500	0,57%	0	0,00%	0	0,00%			
1935-1939	23	65,7%	521250	53,2%	8	22,86%	337173	34,38%	1	2,86%	20000	2,04%	1	2,86%	50000	5,10%			
TOTAL	3206	87,5%	63498675	83,2%	183	5,00%	6068559	7,96%	49	1,34%	826682	1,08%	68	1,86%	854175	1,12%			

* Em Contos

FONTE: Registro de Hipotecas – 1853/1939 - AHPJF

Tabela 2
Quadro geral do mercado hipotecário – Juiz de Fora
Participação dos credores por categoria social
Médias quinquenais
(1853-1939)

Quinq.	Participação de Credores Agrícolas			Participação do BCR					Participação dos Proprietários e Capitalistas				Participação dos Comerciantes				Participação de “Outros”			
	AG	% AG	Mont Agri*	% Mont Agri	BCR	% BCR	Mont BCR*	% Mt BCR	PC	% PC	Mont PC*	% Mont PC	Com	% Com	Mont Com*	% Mt Com	Outros	% Outros	Mont Outr.	% Mt Outr
1853-1854	12	31,58	346239	45,69	0	0,00	0	0,00	1	2,63	560	0,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
1855-1859	32	35,16	267817	60,05	0	0,00	0	0,00	2	2,20	5604	1,26	5	5,49	36175	8,11	0	0,00	0	0,00
1860-1864	54	20,93	415114	13,94	0	0,00	0	0,00	4	1,55	29265	0,98	37	14,34	1412585	47,44	4	1,55	5297	0,18
1865-1869	39	39,80	497186	33,33	0	0,00	0	0,00	6	6,12	11400	0,76	28	28,57	867738	58,17	4	4,08	14700	0,99
1870-1874	33	50,77	364665	59,85	0	0,00	0	0,00	11	16,92	66457	10,91	15	23,08	142220	23,34	2	3,08	5050	0,83
1875-1879	68	50,37	2044669	77,22	0	0,00	0	0,00	28	20,74	102414	3,87	30	22,22	302369	11,42	3	2,22	6000	0,23
1880-1884	63	34,62	982667	30,86	0	0,00	0	0,00	60	32,97	690180	21,67	37	20,33	1007069	31,63	5	2,75	7868	0,25
1885-1889	38	24,05	544943	25,96	13	8,23	326500	15,56	51	32,28	337415	16,08	29	18,35	438515	20,89	11	6,96	33692	1,61
1890-1894	62	21,75	1154755	23,31	104	36,49	2208700	44,59	70	24,56	563817	11,38	29	10,18	232163	4,69	7	2,46	108000	2,18
1895-1899	84	22,40	1741323	30,93	21	5,60	869500	15,44	127	33,87	1191027	21,15	87	23,20	1018525	18,09	35	9,33	478769	8,50
1900-1904	68	25,56	1196686	25,89	29	10,90	1296791	28,05	86	32,33	1328042	28,73	43	16,17	428101	9,26	30	11,28	208333	4,51
1905-1909	45	16,61	435528	9,20	70	25,83	3242750	68,49	100	36,90	597912	12,63	29	10,70	224703	4,75	15	5,54	109965	2,32
1910-1914	48	13,37	539717	8,29	66	18,38	4429055	68,04	160	44,57	1000776	15,37	27	7,52	175278	2,69	40	11,14	238486	3,66
1915-1919	50	11,57	445250	5,12	86	19,91	5471512	62,95	170	39,35	1609736	18,52	72	16,67	703108	8,09	37	8,56	180400	2,08
1920-1924	2	5,56	8000	0,48	17	47,22	1264937	75,83	9	25,00	163000	9,77	3	8,33	15250	0,91	3	8,33	4600	0,28
1925-1929	46	11,98	3164190	20,50	31	8,07	3323000	21,52	235	61,20	6618365	42,87	38	9,90	745996	4,83	23	5,99	698373	4,52
1930-1934	11	5,67	348900	3,95	9	4,64	1663632	18,82	100	51,55	2679712	30,31	17	8,76	281000	3,18	16	8,25	274000	3,10
1935-1939	2	5,71	85000	8,67	0	0,00	0	0,00	12	34,29	377600	38,50	5	14,29	265000	27,02	10	28,57	43150	4,40
TOTAL	757	20,67	14582649	19,12	446	12,18	24096377	31,59	1232	33,64	17373282	22,77	531	14,50	8295795	10,87	245	6,69	2416683	3,17

* Em Contos

FONTE: Registro de Hipotecas – 1853/1939 - AHPJF

Em um período marcado pela ausência de instituições financeiras formais que, no cenário da economia atual, agilizam e ampliam a eficiência dos mecanismos de transmissão de informações, são as relações sociais, muitas vezes concretizadas em mecanismos de conhecimento pessoal (como amizade, vizinhança, parentesco e outras) que darão a tônica da formação e transmissão de informações. Essencial no funcionamento destes mercados, em que a confiança é o elemento mais importante, o conhecimento recíproco servirá como o instrumento de avaliação de indivíduos (MULDREW, 1998), permitindo que as poupanças e as necessidades de crédito, existentes local e regionalmente, sejam canalizadas para distintas relações que correspondem à transferência intertemporal de recursos.

Em uma cidade com lugar de entreposto comercial, com variada oferta de serviços, industrialização em desenvolvimento e tendo sua economia baseada num complexo cafeeiro exportador, a circulação de pessoas e informações é algo a se considerar. Para os devedores em potencial, cabe saber e discernir no conjunto do tecido social quais são os agentes que possuem recursos para empréstimos, nas condições por eles aguardadas, e quais aqueles que disponibilizariam seus recursos para satisfação de suas necessidades. Já para os credores em potencial, cabe avaliar os riscos envolvidos, o montante desejado, as taxas de juros que podem ser pagas, além da reputação do eventual devedor, elementos estes que acabam por determinar boa parte das condições em que os negócios vão se efetivar. O surgimento de intermediários financeiros, cuja função é a de aglutinar e disponibilizar as informações obtidas, seria portanto o resultado natural da expansão e desenvolvimento da economia em questão, principalmente nos grandes centros econômicos e financeiros, aonde o mero conhecimento individual entre as partes se torna insuficiente (HANLEY, 1995).

A boa circulação da informação é o que vai garantir que devedores e credores se encontrem nesse incipiente e frágil mercado de crédito - diferentemente dos grandes centros financeiros, sem intermediários e especialistas das atividades creditícias - e que realizem a transação. A base para tanto é a confiança, seguramente um significativo elemento do crédito, no caso de uma sociedade escravista do final do XIX ainda mais. A informação sobre ambos os envolvidos certamente leva em conta o que cada um sabe sobre o outro.

O tamanho da população e as relações pessoais surgem aqui como definidoras desse encontro. O quadro a seguir nos dá a dimensão da população de cunho urbano da cidade em questão.

Tabela 3
População Urbana de Juiz de Fora - 1890/1920
 (períodos selecionados)

ANO	POPULAÇÃO URBANA	ÍNDICE
1890	13.000	100
1895	15.000	115
1915	24.000	185
1920	29.988	231

FONTE: PIRES, 1993: 115, Tabela 33

No quadro de economias menores, regional ou localmente delimitadas, distanciadas de centros de decisão e poder, mas com dinâmica suficiente para manter não apenas os pólos da demanda como da oferta de recursos de financiamento, são ainda os mecanismos de transmissão informal de informações que predominam, mesmo que eventualmente a expansão destas economias faça surgir instituições formais de crédito, como por exemplo os bancos. Nestes casos é, novamente, a dimensão local e regional das economias que confluem com particular interesse com o fenômeno a ser averiguado tendo em vista que são exatamente os limites locais destas economias que permitem o conhecimento pessoal necessário para que as relações de crédito se efetivem. Neste sentido, alguns autores falam em uma *regionalidade implícita* quando estudam, eles próprios, a constituição de mercados financeiros e de capitais em outras realidades históricas (ODDEL, 1992: 30). É de se fazer notar, também neste caso, a superioridade analítica da abordagem da cadeia de mercadorias e o grande potencial que a ela pode se dar através do dimensionamento financeiro das estruturas locais e sociais de produção.

Já no que se refere ao nível das taxas de juros, cabe lembrar, de início, a relatividade das considerações de seus montantes “elevados”, bastando para isso contextualizar os juros cobrados e os níveis de risco presentes em qualquer sociedade fundamentada em economias de produção agrícola de exportação. Aqui a própria estrutura macroeconômica, baseada no produto básico, traz consigo as oscilações cambiais, as variações nos ganhos dos distintos agentes da economia, mudanças abruptas na política monetária, entre tantos, que tornam o nível sistêmico de risco bem mais elevado do que aqueles que predominaram em outras economias (HANLEY, 1995).

Tabela 4
Hipotecas em Juiz de Fora – Valor Total Agregado por Décadas
1853-1939

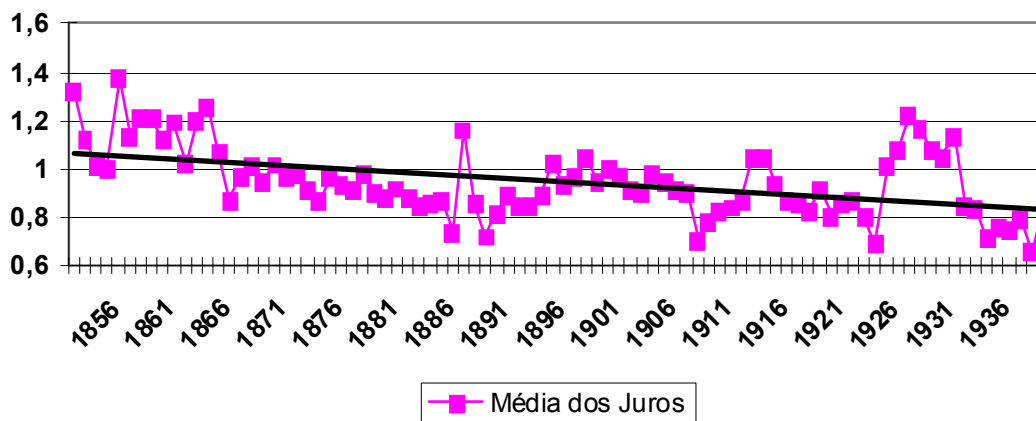
Decênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Média das Taxas de Juros - mês	Média das Taxas de Juros - ano
1853-1859	1.203:730\$	129	11:666\$	1,17	14,04
1860-1869	4.469:447\$	356	12:153\$	1,09	13,08
1870-1879	3.257:350\$	200	13:967\$	0,95	11,40
1880-1889	5.283:170\$	340	16:229\$	0,89	10,68
1890-1899	10.583:499\$	660	14:826\$	0,89	10,68
1900-1909	9.357:173\$	537	15:872\$	0,92	11,04
1910-1919	15.201:492\$	791	18:985\$	0,89	10,68
1920-1929	17.107:048\$	420	40:360\$	0,94	11,28
1930-1939	9.822:499\$	229	38:286\$	0,86	10,32

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 – AHPJF

A própria regularidade com que foram negociados montantes muitas vezes elevados de recursos na economia local e regional sinaliza que os débitos realizados por instrumentos como hipotecas vinham sendo pagos também regularmente, contrariando as percepções da usura e da agiotagem aqui em questão, uma vez que predominando taxas “exorbitantes” de juros o re-pagamento não seria possível, inviabilizando toda a continuidade das relações de endividamento e o circuito de crédito que estamos querendo aqui ressaltar.

Por outro lado, quando percebemos o *nível médio* dos juros praticados vemos que em sua composição decenal apenas para o início do período temos taxas superiores a 12% ao ano, sendo que, para o restante do período, se encontram em taxas inferiores, variando entre 10 e 11%. Como era de se esperar, as variações das taxas de juros acompanham muito mais as distintas conjunturas pelas quais passou a economia, elevando-se naqueles períodos de crise aguda, invariavelmente acompanhadas por políticas monetárias extremamente recessivas (de acordo com os dados do gráfico abaixo, os anos de 1854, 1867, 1887, 1896, 1914, 1921, 1926 e 1929).

Gráfico 1
 Mercado Hipotecário de Juiz de Fora
 Comportamento Anual das Taxas de Juros
 (1853-1939)



Portanto, mais do que mera expressão da existência da “usura” na sociedade, as relações de crédito devem ser entendidas como sua parte constituinte, como importante mecanismo utilizado para a reprodução de suas estruturas econômicas, permitindo muitas vezes que unidades de produção e agentes da economia de exportação sobrevivessem em contextos agudos de crise. Além disto, refletiu a forma básica em que se deu a organização social da produção de café, permitindo que parte dos fluxos monetários decorrentes das exportações acumulados na forma de poupança fosse canalizada para satisfazer as necessidades de crédito e financiamento da própria economia local, delimitando um mercado de crédito e financiamento na economia de Juiz de Fora e da Mata mineira, incluindo aí as relações formais e informais de crédito.

Deve ficar claro que a atividade de concessão de recursos para financiamento de longo prazo constituiu um importante mecanismo de investimento para grandes fazendeiros locais. A composição das principais formas que a riqueza assumiu na economia cafeeira de Juiz de Fora demonstram bem a importância que o item *dívidas ativas* possuía entre as alternativas de aplicações de recursos por parte dos fazendeiros de café (ALMICO, 2001). Conjuntamente com terras, ações, títulos, imóveis, entre outros, foi um dos principais instrumentos de inversão e a demanda por este tipo de crédito pode, assim, ter melhor compreensão a partir das oportunidades de investimento que representou.

Tabela 5
Participação Relativa dos Ativos no Total da Riqueza Inventariada
(médias por períodos)

Ativos	1889/1898	1899/1908	1909/1914	1889/1914
Terras	19,64	18,32	19,57	19,12
Dívida Ativa	18,22	14,58	12,85	15,58
Títulos	16,55	15,01	19	16,55
Casas	16,13	19,36	21	18,5
Café	12,86	8	5,24	9,23
Ações	6,77	11,01	13,72	10
Objetos	3,15	7,75	4	5,12
Animais	2,97	2,3	2,24	2,54
Benfeitorias	2,37	2,72	1	2,19
Terrenos	0,93	0,71	1,12	0,89
Alimentos	0,45	0,22	0,09	0,28
	100	100	100	100

Fonte: inventários *post mortem* (AHUFJF)

Contudo, na medida em que a economia ia se expandindo e o processo de desenvolvimento capitalista se consolidava, novos setores surgiam na economia local, demandando eles próprios novos recursos de investimento. E a poupança local acumulada através da riqueza gerada pelo café acompanhou a mudança, indicando que o mercado financeiro delimitado regionalmente foi um dos mais importantes mecanismos de transferência de recursos entre o setor cafeeiro e aqueles que representavam a transição para o capitalismo.

No próprio mercado hipotecário podemos verificar esta transferência de recursos porque vislumbramos em inúmeras transações a presença de importantes fazendeiros e capitalistas do município como credores e de importantes industriais como devedores. Se levarmos em conta ambos componentes dos contratos, podemos demonstrar na tabela abaixo o que esta transferência de recursos pode ter significado.

Tabela 6
Transferência de Recursos entre Fazendeiros e Industriais Via Mercado Hipotecário
Juiz de Fora – 1887/1926
(períodos selecionados)

Períodos	Número de empréstimos	Valor total
1887-1899	10	251:000\$
1912-1918	17	772:825\$
1919-1926	04	248:000\$
Total	31	1.271:825\$

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 – AHPJF

Mesmo que, obviamente, não constituam o eixo do mercado hipotecário que a cidade construíra como resultado de suas transformações econômicas, deve ser destacado o número de empréstimos e os valores que chegaram a representar em cada período. Além disto, para uma historiografia que tem destacado a natureza “*conservadora*” e “*tradicional*” de sua aristocracia cafeeira, não deixa de ser elucidativo que, no conjunto do período, foram transferidos mais de mil contos em recursos *diretamente* entre fazendeiros de café e a indústria apenas no mercado hipotecário, um entre vários mecanismos que vão caracterizar a presença de um sistema financeiro local e regional.

Assim, a idéia de encadeamentos financeiros adquire particular importância, pois em se tratando de negociações a longo prazo e com *remuneração fixa* se adaptavam particularmente ao perfil de investimentos desejados pelos fazendeiros de café. Daí, aliás, a participação recorrente de alguns neste tipo de mercado, mesmo que não reduzissem seus negócios exclusivamente com os industriais. Também deve ser lembrado que as formas de poupança socialmente delineadas pelos elos de encadeamento financeiros acompanharam desde o início a evolução e o aperfeiçoamento da organização das empresas que surgiam no município, em particular as sociedades anônimas, mesmo que não apenas no setor estritamente industrial.

Desta forma, também podemos verificar a transferência de recursos da cafeicultura e os setores urbano-industriais, através de outros ativos financeiros extremamente importantes na averiguação da importância, abrangência e profundidade que este mercado desempenhou na economia cafeeira local e regional no período. Considerando o universo das empresas acionárias, as debêntures são particularmente reveladoras, uma vez que mantinham um retorno fixo e estavam nitidamente vinculadas a projetos de investimentos realizados pelas empresas industriais, de serviços públicos e outras no município. Aqui, no entanto, na impossibilidade de agregarmos os dados, utilizamos alguns exemplos tópicos para esclarecer a questão.

Alguns inventários que dispomos podem dar uma idéia do que representou para algumas empresas acionárias o volume de recursos transferidos diretamente pelo capital cafeeiro. No caso do coronel João Gualberto de Carvalho², grande fazendeiro de café na região, o montante de debêntures em sua carteira de títulos atingia cerca de 98%, com 300 debêntures da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (100:000\$), 100

² Inventário ID 3626 - 1928 Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)

debêntures da Companhia Cervejaria Americana (20:000\$) e 10 da Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente (10:000\$) englobando o valor total de 130:000\$. Também Gabriel Villela de Andrade, grande capitalista e fazendeiro de Juiz de Fora, apenas entre os títulos sonogados, encontramos 485:000\$ empatados em debêntures, com 150 da Companhia Têxtil Moraes Sarmiento (150:000\$), 668 da Companhia Mineira de Eletricidade (66:800\$), 377 da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (186:600\$), 30 da Companhia São Vicente (30:000\$) e cerca de 230 da Companhia Têxtil Santa Cruz (46:000\$)³.

Na falência da Companhia Americana, ocorrida em 1937, temos outra idéia efetiva do que pode ter representado o investimento de fazendeiros de café no financiamento de empresas industriais. No quadro geral dos credores admitidos à sua falência⁴, percebemos que o dr. Francisco Ignácio Monteiro de Andrade, com patrimônio nitidamente vinculado à riqueza agrária (foi proprietário da Fazenda São Luiz em Sarandira), possuía isoladamente 76% das debêntures da 1ª série emitidos pela Companhia e 80,71% das debêntures da 2ª série. Conjuntamente com um crédito privilegiado presente na mesma falência, provavelmente hipotecário, o valor total de seus recursos empatados na fábrica chegava a 280:799\$ ou aproximadamente 75,57% do total da massa. É importante notar que o mesmo investidor participou durante vários anos como membro do conselho fiscal da Companhia, se tornando acionista em 1933, o mesmo ano em que é colocado como um de seus diretores⁵. Além disto, tinha sido presidente da Companhia Santa Cruz e da Companhia de Laticínios de Juiz de Fora, ainda em 1913 (PROCÓPIO FILHO, 1979: 120).

Mas em se tratando de empresas acionárias é a presença das ações como ativos financeiros no portfólio de fazendeiros que devemos destacar. Neste caso, mesmo não se constituindo em títulos com remuneração fixa, também podem ser consideradas expressão dos encadeamentos financeiros, já que foram também um dos mais importantes instrumentos de canalização de recursos do setor agrário de exportação para aqueles que representavam a expansão capitalista no âmbito *exclusivo* do universo local e regional. Pode ser considerado, portanto, como um dos mais importantes ativos representativos do mercado financeiro que se desenvolveu no município de Juiz de Fora no período aqui considerado.

³ Inventario ID 4410 – 1935 (AHUFJF)

⁴ **Gazeta Comercial** 07/07/1937

⁵ **Gazeta Comercial** 06/06/1933

Em Juiz de Fora, como entre tantos outros municípios de Minas e do país, a organização acionária esteve presente em diversas atividades econômicas, estando sua abrangência e as próprias dimensões das empresas estreitamente vinculadas ao contexto econômico no qual estavam inseridas. No caso de Juiz de Fora, as primeiras experiências estiveram envolvidas com o aperfeiçoamento do sistema de transportes ainda em meados do século XIX, com a organização da Companhia União e Indústria em 1854 e, posteriormente, com a primeira fase da organização das empresas ferroviárias locais até o final do mesmo século, quando foram encampadas por empresas estrangeiras e públicas.

Se considerarmos um levantamento já realizado sobre as mais importantes companhias acionárias no município no período aqui em questão podemos ver os seguintes resultados:

Tabela 7
Formação de Sociedades Anônimas em Juiz de Fora – 1854/1932

Período	Número de Companhias	Capital Nominal
1854-1884	07	7.580:000\$
1887-1889	18	10.450:000\$
1907-1912	06	1.220:000\$
1913-1917	05	1.928:000\$
1919-1929	23	17.510:000\$
1930-1933	05	4.300:000\$
Total	64	42.988:000\$

Fonte: Jornais – Vários Anos.

É importante destacar que, também para os ativos acionários, são regulares as referências a agentes e instituições localizadas no Rio de Janeiro, seja no caso de acionistas ali residentes e eventuais instituições bancárias (entre outras) financiando as mais diversas operações das distintas companhias locais. Algumas têm, mesmo, no Rio a sua sede e o centro da negociação de seus ativos. As informações da imprensa local, através de diversos anúncios de pagamentos de dividendos, lançamentos ou subscrição de ações, entre tantos, deixam claro a participação do município no mercado do Rio de Janeiro.

No entanto, a partir do final do século XIX, com as modificações já acentuadas tanto no contexto do Rio de Janeiro quanto principalmente naquele de Juiz de Fora, se tornam visíveis as tendências de centralização deste mercado no próprio município de Juiz de Fora, dando início aos contornos básicos de um mercado de ações delimitado local e também regionalmente. A expansão capitalista no município contou

principalmente com recursos locais para efetivação de seu processo geral de financiamento.

A partir daí o que se observa na mesma documentação são referências constantes a Juiz de Fora, como sede das companhias e a imprensa local aumenta em muito os anúncios de subscrição de ações, pagamentos de dividendos, chamadas de capital, reuniões e assembléias de acionistas etc., mas as referências ao Rio de Janeiro praticamente desaparecem, bem como aquelas sobre instituições bancárias aí localizadas. Praticamente *todos* os anúncios neste sentido se restringiam a Juiz de Fora bem como às instituições bancárias aí existentes. Nem mesmo inscrições de empresas locais são localizadas com facilidade na Bolsa do Rio de Janeiro, estando este mercado restrito a empresas tais como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e a Companhia Mineira de Eletricidade.

A importância da capacidade de retenção de recursos no próprio espaço da produção, ou em sua principal cidade, tratada aqui como entreposto, e a dinâmica e espectro de oportunidades ligadas ao crédito podem ser variadas e envolver outras possibilidades que não somente os modelos estudados para os grandes centros de produção cafeeira. A regionalidade esboçada aqui permite encontrar as especificidades e também outras modalidades de crédito que podem englobar outros agentes e, dessa forma, o crédito entre particulares assume devidamente a função de destaque na formação desse mercado de crédito e o papel de parte importante no financiamento e crédito em uma sociedade da transição capitalista.

Bibliografia

ALMICO, Rita de C. S. (2001). **Fortunas em Movimento: Um estudo sobre a transformação da riqueza. Juiz de Fora, 1870/1914.** Dissertação de Mestrado, UNICAMP/Campinas.

_____ (2005). **Só a Palavra Basta? O Crédito não Institucional em Juiz de Fora 1850/1889.** Niterói: UFF. Projeto de doutorado.

ALVARENGA FILHO, J.T. (1987). “*Alguns Eventos da História Bancária de Juiz de Fora*” In: **História Econômica de Juiz de Fora.** s. ed., Juiz de Fora.

BLASENHEIM, P. (1982). “*Uma História Regional: a zona da Mata Mineira (1870-1906)*”. V **Seminário sobre Estudos Mineiros – A República Velha em Minas.** UFMG/PROED, Belo Horizonte.

CANO, W. (1977). **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo.** Difel, São Paulo.

- _____ (1985). *“Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras”*. **Revista Estudos Econômicos**, IPE/USP, São Paulo.
- CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). **The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Palgrave, New York.
- MARTINS, R. (1982). **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte.
- GEREFFI, G. and KORZENIEWICZ, M. (1994). **Commodity Chains and Global Capitalism**. Prager, Connecticut/London.
- GIROLETTI, D. (1980). **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.
- HANLEY, A. G. (1995). **Capital Markets in the Coffee Economy: Financial Institutions and Economic Change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. PhD. Thesis, Stanford University.
- HIRSCHMAN, A. (1985). *“Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.”* In SORJ, B. et alii. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo.
- HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). **Priceless Markets: The Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870**. University of Chicago Press.
- LIMA, J. H. (1981). **Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920**. Vozes, Rio de Janeiro.
- MARCONDES, R.L. (1998). **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira**. Ed. Stiliano, Lorena, 1998.
- _____ (2002). *“O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-1887).”* **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 56 (01):147-170, jan./mar.
- MELO, H. P. (1993). **O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- MULDREW, C. (1998). **The Economy of Obligation: The Culture of Credit and Social Relations in Early Modern England**. Palgrave, New York.
- MUSACCHIO, A. (2005). **Law and Finance in Historical Perspective: Politics, Bankruptcy Law, and Corporate Governance in Brasil, 1850-2002**. PhD. Dissertation, Stanford University.
- ODDEL, K. (1992). **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. Garland Publishing, New York and London.
- OLIVEIRA, M.T. (1991). **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. PhD. Thesis, University College, London.
- PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1889-1930)**. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói.
- _____ (2004). **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo.
- _____ (2007). *“Minas Gerais e a Cadeia Global da ‘Commodity’ Cafeeira (1850-1930).”* **Revista Eletrônica de História do Brasil – REHB**, Departamento de História, UFJF, Juiz de Fora, vol. 09, 01.
- POLANYI, K. (1980). **A Grande Transformação: Origens de Nossa Época**. Ed. Campus, Rio de Janeiro.

- ROTHEMBERG, W. (1985). “*The Emergence of a Capital Markets in Rural Massachusetts.*” In **The Journal of Economic History**. Vol. XXII, Dec.
- PROCÓPIO FILHO, J. (1966). “*A História Bancária de Juiz de Fora*”. In **Retalhos do Passado**. s. ed. Juiz de Fora.
- _____ (1979). **Salvo Erro ou Omissão: Gente Juiforana**. Ed. do Autor, Juiz de Fora.
- SWEIGART, J. (1980). **Finance and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas.
- TEODORO, R. S. (2006). “*Crédito e Expansão da Cafeicultura: o Caso do Município Paulista de Franca 1887- 1914*”. **História Econômica e Economia Regional Aplicada – HEERA**. FEA/UFJF, Juiz de Fora, Vol. 01, n. 02.
- TOPICK, S. and CLARENCE-SMITH, G. (2003). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. Cambridge University Press.
- TRINER, G. (1999). *Banks, Regions and Nation in Brasil, 1889-1930.*” **Latin America Perspectives**, issue 104, vol. 26, n. 01.
- WIRTH, J. (1982). **O Fiel da Balança – Minas Gerais na Confederação Brasileira (1889-1937)**. Paz e Terra, São Paulo.